

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dayna Mara Sanches Santos-UFMA  
Rayanne Dias Miranda-UFMA  
rayanne\_miranda10@hotmail.com  
Ronald Ferreira dos Santos – UFMA  
ronalferreira@hotmail.com<sup>1</sup>

6-Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação).

**Resumo:** O campo que por muito tempo foi marginalizado, esquecido e recriminado, aos poucos mostra seu real valor, e busca seu reconhecimento junto ao Estado que na grande maioria prioriza muito mais a cidade e esquece que o campo também faz parte da sociedade e que como parte ativa da mesma deveria receber o mesmo tratamento que a cidade, não um tratamento em que as políticas que são feitas para a cidade sejam adaptadas, mas que estas sejam pensadas para o campo, pois este tem grandes peculiaridades que tais políticas mesmo que remodeladas não contemplam suas reais necessidades. Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre as políticas educacionais para a educação básica que são pensadas para o campo e como essas políticas são postas em prática, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica pois assim foi possível fazermos as reflexões necessárias.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Educação do campo. Movimentos sociais.

**Resumen:** El campo que ha sido durante mucho tiempo marginada, olvidada y poco a poco reprochó muestra su valor real y busca el reconocimiento por parte del Estado que la gran mayoría prioriza mucho la ciudad y olvidan que el campo es también parte de la sociedad y como parte activa el mismo debe recibir el mismo trato que a la ciudad, no es un tratamiento que se elaboran las políticas a la ciudad adaptarse, pero estos están diseñados para el campo, ya que tiene grandes peculiaridades que incluso si dichas políticas no cubren su remodelado necesidades reales. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las políticas educativas para la educación básica que están diseñados para el campo y cómo estas políticas son implementadas, se adopta la metodología, así como la búsqueda de la literatura se pueden hacer las reflexiones necesarias.

**Palabras-clave:** Políticas públicas. Educación campo. Los movimientos sociales.

<sup>1</sup> Estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão

## **Introdução**

Diante de uma necessidade cada vez mais evidente a educação do campo vem se configurando ainda mais nas rodas de estudos, pois se tem visto a necessidade constante de se conhecer como esse tipo de educação vem se configurando no cenário da oferta educacional. A educação tem que ser oferecida a todos independentemente de seu credo religioso, cor, raça e/ou local de moradia.

Assim este artigo vem tratar da Educação do Campo como uma política pública e como ela é oferecida aos povos do campo tendo em vista que os povos do campo são sujeitos que necessitam de uma educação não adaptada, mas uma educação pensada para eles, tendo nessa educação as características inerentes a eles, visando que eles tenham uma educação que contemple suas especificidades, haja vista que ainda temos muito o que conhecer sobre esse processo, mesmo sabendo que a luta por uma educação do campo não é algo tão atual, é uma luta que vem sendo travada por muito tempo, especialmente pelos movimentos sociais que se colocam a frente desta busca incansavelmente.

Lutar pela educação do campo é buscar uma formação política, social, cultural do sujeito, mostrando a ele que mesmo sendo ele um resultado do meio ele é capaz de mudar o meio em que ele está inserido e tal mudança só é possível mediante a uma educação que vise à emancipação do sujeito para além do conhecimento histórico que ele tem de si mesmo.

Assim sendo este artigo aborda quatro pontos relevantes de serem tratados em um primeiro momento, trata-se da educação pensada no paradigma urbano, em seguida o papel dos movimentos sociais em busca de educação para o campo, e não podendo deixar de falar da importância que o PRONERA tem nessa causa, e por fim entendendo a necessidade de pessoas capazes de trabalhar com a educação do campo de forma convicta abordaremos a formação de professores para o campo. Este artigo é parte de uma pesquisa monográfica em andamento e por tanto não finalizada. O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as políticas educacionais para a educação básica que são pensadas para o campo e como essas políticas são postas em prática; adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica pois assim foi possível fazermos as reflexões necessárias.

## **A EDUCAÇÃO PENSADA NO PARADIGMA URBANO**

A educação teoricamente é pensada para todos de forma que todos se encaixem nela, em seus vários níveis e modalidades. Mas a impressão que temos é que essa educação é puramente urbana, pensada nos moldes da cidade e para a cidade de forma que a formulação

de políticas educativas públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como modelos de sujeitos e de direitos.

Tem-se na cidade como o espaço de civilização onde a política, a cultura a socialização os avanços e as descobertas acontecem, logo o campo fica sendo um espaço de atraso, de pouca cultura, de pouca socialização, ou seja, o campo é visto como um espaço marginalizado e atrasado, ficando assim a cidade como único modelo para o direito à educação, contudo o campo é:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar e trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação. (MANÇANO e FERNANDES apud TEIXEIRA, 2009, p. 122).

Ainda assim o campo não é totalmente esquecido, tendo para ele as políticas ditas adaptativas, onde as mesmas que são pensadas para a cidade são adaptadas para o campo. Segundo Arroyo (2007, p.158) a “palavra adaptação, utilizada repetidas vezes nas políticas e nos ordenamentos legais, reflete que o campo é lembrado como o outro lugar, que são lembrados os povos do campo como os outros cidadãos, e que é lembrada a escola e os seus educadores (as) como a outra e os outros”. O que fica claro é que não se esquecem dos outros, ou seja, não se esquecem do campo quando adaptam as condições educacionais, os currículos e o tipo de formação dos professores.

Logo o campo em muitos casos é visto como uma extensão da cidade, levando-o a uma secundarização maléfica, pois pensar em políticas públicas para o campo tendo como o paradigma a cidade fará com que tais políticas sejam precarizadas, não atendendo as necessidades e as diversidades que o campo tem.

É inegável que campo e cidade devem ter seus direitos respeitados da melhor forma possível, não distante destes direitos a educação é algo de muito valor para ambos os locais, é através dela que é possível formarmos cidadãos críticos capazes de atuar em uma sociedade dominadora que só vence quem tem a arma certa, e a educação pode ser considerada uma grande arma, tendo em vista que ela amplia o horizonte de quem a tem.

Assim:

A educação-enquanto uma constante em todas as culturas e sociedades-reflete as intenções e os pressupostos político-ideológicos dominantes, cumprindo no decorrer

dos tempos, as funções de elaboração e difusão de formas de pensar, trabalhar, agir e de formas de ser (TEIXEIRA, 2009, p.139).

O que deve ficar claro é que o campo não é somente um local onde o modo de vida é baseado no trabalho braçal para a existência imediata, mas também é um local onde a necessidade do trabalho intelectual se instala aos poucos, isso devido a luta constante dos movimentos sociais que veem na educação uma forma de se auto afirmarem como participantes da sociedade, mas essa educação tem e deve ser diferenciada, assim a educação do campo deve ser,

Uma educação específica, diferenciada, isto é alternativa. Mas sobre tudo deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referenciais culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz. (KOLLING, NERY e MOLINA, apud RODRIGUES e RODRIGUES 2009, p.52).

Assim as pessoas que vivem no campo merecem uma educação que seja condizente com suas realidades, com aquilo que é visto e vivido em seus cotidianos; pensar em educação do campo como uma política pública requer que pensemos primeiramente na referência que temos de educação como uma política pública, fora dos parâmetros dos projetos que contemplam apenas realidades localizadas. Assim CAVALCANTI (2009) diz que tratar a Educação do Campo como uma política pública implica pensar, em primeiro lugar, ações educacionais de forma ampliada, não somente quanto à demanda histórica por educação nas áreas rurais, mas também no que se refere aos diversos níveis e modalidades de educação, considerando ainda a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

A educação que por muito tempo era destinada a aqueles que podiam pagar por ela, agora toma um novo rumo, uma nova demanda da sociedade necessita dela e para isso a buscam, e nesta busca encontram barreiras e estas são postas justamente por aqueles que levantam descaradamente a bandeira de uma educação para todos, mas como bem sabemos é somente uma fala sem compromisso e cheia de mentiras, a única verdade é que a Educação do Campo tem que ser um direito real de quem vive no campo e um dever do Estado de fornecer as fermentas certas que ajudaram a concretizar as políticas de públicas de Educação do campo e para o Campo.

## **O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BUSCA DE EDUCAÇÃO PARA O CAMPO**

É evidente que nos últimos anos a educação do campo vem ganhando maior notoriedade nos planos políticos, isso é devido à força que os movimentos sociais têm dispensado para que a Educação do campo seja entendida como um todo, deixando de lado uma concepção arcaica do homem do campo, do camponês e do trabalhador rural.

Segundo LIMA e NOMA (20??,p.453) “a Educação do Campo constitui-se como processo de luta social, de reflexão coletiva e de práticas educativas forjadas nas lutas dos Movimentos Sociais do Campo, que concebem a educação como parte de um projeto político e social mais amplo. Entende-se que a Educação do Campo nasceu como mobilização dos povos do campo, organizados em Movimentos Sociais que lutam:”

“(...) por uma política educacional para as comunidades camponesas (...) precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, na afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas” (CALDART, 2008, p. 72).

Os movimentos sociais sempre travaram lutas em busca de uma educação condizente com suas realidades e necessidades, uma educação que afirme o meio rural e sua gente como lugar e sujeitos de possibilidades. Em meio a essa busca dos movimentos sociais por uma educação do Campo e para o Campo, não podemos deixar de lembrar o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST) que além de lutar por reforma agrária lutam também pelo direito à educação, esse movimento é:

Social de luta pela reforma agrária em nosso país. Seu eixo central de atuação é, pois, a luta pela terra e por condições efetivas de trabalho nos assentamentos que dela já são frutos. Em torno desse eixo, vão se configurando novas e cada vez mais diversas dimensões de trabalho, a partir das demandas do processo global de luta pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias a construção de uma vida mais digna para o conjunto da população brasileira no campo e na cidade. (CALDART e KOLLING, 1997, p.223).

Bezerra Neto (2003) enfatiza a qualidade dos princípios educativos do MST, fundamentais na valorização do seu habitat natural:

Os primeiros conhecimentos de toda criança estão ligados a seu habitat. Os conhecimentos da criança rural estão ligados à vida na roça, mas os conteúdos oferecidos a ela pela escola tradicional partem do princípio de que para ser culto, é preciso ser letrado, contando com uma formação típica para os desafios do mundo

urbano e submetendo a criança a um calendário escolar que não valoriza a prática de seus pais, nem a sua dimensão temporal, uma vez que esse calendário é elaborado para ser praticado a partir do ano civil e não do ano agrícola, mais próximo à realidade do homem do campo (BEZERRA NETO, 2003, p. 74).

A educação busca formar sujeitos críticos capazes de ter vez e voz em uma sociedade cada vez mais excludente, mas em muitos casos o próprio processo educativo excluía aqueles que não se enquadram dentro de seus moldes, dentro de um conjunto de regras, e tal realidade é algo construído historicamente que desde a colonização do Brasil esteve claramente a serviço das classes dominantes, ou seja, das elites político-econômicas ou da igreja (ALVES, 1999), e partindo de uma sociedade que o sujeito vale o que ele tem e não quem ele é isso fica muito claro de ser percebido até a atualidade. Os movimentos sociais lotam justamente contra esse tipo de educação excludente, eles buscam uma educação que inclua tanto os conhecimentos da cidade para que a educação seja plena, mas lutam ainda mais para que a educação que é oferecida para os povos do campo seja uma educação que contemplem suas reais necessidades, para que eles se vejam dentro do processo educativo e possam perpetuar essa educação para as gerações que estão por vir.

Segundo CALDART apud COUTINHO apud RODRIGUES e RODRIGUES (2009), não é que se vá ‘inventar’ uma ideia de Educação do Campo, isso não faria com que a mesma se tornasse concreta dentro do próprio campo, não é inventar teorias que não mostre a realidade dos mesmos, mas é dentro do real criar as possibilidades concretas que orientem a educação dos povos do campo, uma educação que contemplem o pensar do sujeito do campo e que oriente práticas futuras de políticas de Educação do Campo, logo essa busca por esse tipo de educação deve acontecer dentro da coletividade.

Para Souza e Reis (2003, p. 27),

O sentido da educação (...) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma postura diante do meio em que convivem e de que, nessa busca do (re) conhecimento si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possa intervir e transformar a ambos.

Logo se tem a necessidade de uma educação específica para o campo, que tenha metodologias e conteúdos próprios que contemple a história dos povos do campo que tenha claramente a valorização por sua cultura e que vise à formação de sujeitos transformadores de suas realidades e que se vejam como sujeitos construtores de histórias e que estão situados em um tempo e um espaço.

## **PRONERA: UMA REALIDADE CONQUISTADA**

Em julho de 1997, foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília-GT-RA/UnB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, representado pelo seu Setor de Educação, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura – UNESCO e CNBB. Os participantes concluíram ser necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação.

Como bem fala COUTINHO (2009) “o PRONERA é o exemplo concreto de que a luta social no campo não é somente por terra, mas por políticas públicas amplas, por dignidade e melhoria de qualidade de vida, o que, necessariamente, passa pela educação.”.

Os moradores do campo necessitam de uma educação que reflita suas necessidades, que os ajudem a enfrentar uma classe que os vem como uma classe retrograda, a luta por uma educação do campo e para o campo vai muito além de buscas por conhecimentos que foram construídos historicamente pela humanidade, é uma luta pela formação social do sujeito, visto que,

Os conflitos no campo se tornam cada vez mais complexos, necessitando de estratégias fomentadas em bases sólidas do conhecimento histórico, que possibilitem aos indivíduos oprimidos a apreensão crítica de sua realidade e a organização política para a superação e transformação desta para si e para as demais gerações. (RODRIGUES e RODRIGUES, 2009, p. 45).

Transformar a realidade educacional do campo significa dar a eles o entendimento que os direitos são de todos e que os direitos não são ou não deveria ser de uma minoria, mas sim são universais, são de todos que direta ou indiretamente lutam para que tais direitos fossem garantidos e mantidos, isso se dá através das relações sociais entre os sujeitos que lutam por igualdades.

O PRONERA é exemplo dessa mudança de concepção acerca da educação a ser ofertada aos povos do campo, associando-se às instituições, aos movimentos e organizações e a educadores que concebem o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses realizam a luta pela terra e pelas demais políticas

públicas. Assim, se contrapõe à segunda visão que se pauta no produtivíssimo e vê o campo apenas Como lugar da produção de mercadorias e não como espaço em que se produz vida. (FERNANDES; MOLINA, apud COUTINHO, DINIZ, MUNIZ 2010).

O PRONERA é uma resposta do Estado às várias reivindicações dos trabalhadores do campo pelo direito à educação que historicamente lhes foi negado (ROCHA 2011). Este programa é uma conquista dos movimentos sociais que visam à melhoria na qualidade e na formação da àqueles que vivem nas áreas de Reforma Agrária, contudo o PRONERA enfrenta grandes entraves, para a realização de suas atividades, pois o lado burocrático do sistema sempre coloca entraves na tentativa de fazer parar algo que é um direito, tendo em vista que a educação é para todos, mas para muitos esses todos não merece ou simplesmente não tem a necessidade de uma educação, pois quanto mais instruídos a classe dos trabalhadores estiverem mais eles vão reivindicar seus direitos, mas eles vão em busca de garantir e legitimar as coisas que são roubadas deles inclusive o direito a educação.

Assim Florestan Fernandes firmava que

(...) a transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação. Global e profunda da sociedade; a própria Educação funciona como um dos fatores de democratização da sociedade, e o sentido de qualquer política educacional democrática têm em vista determinadas transformações essenciais da sociedade. Em termos de uma visão sintética, e totalizadora, diríamos que a educação e a democratização da sociedade são entidades reais e processos concretos interdependentes – um não se transforma nem pode transformar-se sem o outro. (FERNANDES, p. 2003)

O PRONERA vem instituir-se no campo das políticas públicas, mostrando que é possível oferecer uma educação de qualidade, não de forma isolada e tão pouco para sujeitos inexistentes, mas de uma forma conjunta e para sujeitos concretos. Tem mostrado nesses quase 15 anos de existência que se é possível ter um modelo de educação contra-hegemônico. Assim MOLINA e JESUS (2010, p.35) enfatizam que o “PRONERA tem, efetivamente, se tornado uma estratégia de democratização do acesso à escolarização para os trabalhadores das áreas de Reforma Agrária no País, em diferentes níveis de ensino e áreas do conhecimento.”.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CAMPO: UMA AÇÃO NECESSÁRIA**

A educação é a base para um país forte, um país que visa crescer e se desenvolver, no entanto no campo educacional perpassam várias questões delicadas e que ambas estão intrinsicamente ligadas. No meio dessas questões, está a formação continuada dos professores que atuam nos vários níveis da educação.

A formação dos professores é algo muito sério e de importante valor, pois tais profissionais devem estar sempre seguindo as mudanças históricas que surgem, adaptando-se aos novos momentos que a profissão de professor exige, assim sendo, Alarcão apud Gomes (2009, p.69) define formação continuada como “o processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional vai adequando sua formação as exigências de sua atividade profissional”. No entanto, Lima apud Gomes (2009, p.69) afirma que formação continuada é “articulação entre o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do professor, como possibilidade de postura reflexiva e dinamizada pela práxis”.

Investir na formação continuada de professores é um processo que particularmente, o Brasil não se destaca, o que é visto e sabido sobre esse assunto ao longo da história é que muitos dos gestores se dizem investirem e incentivarem seus professores a buscarem novos caminhos para estarem de forma dinâmica se adequando as novas práticas e estarem em processo contínuo de reflexão sobre elas, mas o que é visto no real é que os profissionais que de fato estão comprometidos com a educação buscam por conta própria essa formação constante, enquanto aqueles que se preocupam em simplesmente dar aulas ficam permanentemente em um estado de inércia. Segundo Freitas (1996, p.89) “o tema da formação de educadores não tem sido considerado uma área de pesquisa significativa por parte dos próprios educadores”.

É claro que entre essas realidades de total descaso com o assunto existem as exceções, existem sim, aqueles que estão comprometidos de fato com a educação e acreditam nela e que buscam mesmo diante de todas as dificuldades meios de investir e incentivar seus educadores a buscarem uma formação permanente, isso implica que tais educadores estejam cientes de suas funções como professores e educadores, devendo estar dispostos a criar e a recriar a escola, tais professores são descritos nas falas de Coêlho (1996, p.39) como:

Aqueles “capazes”, portanto de pensar a prática, as formas de existência individual e coletiva, a escola e a educação em geral, em sua complexidade e historicidade e de recriá-las por inteiro; de compreender os processos concretos de produção e

reprodução dos saberes, no plano da sociedade e da escola em seus aspectos didático-pedagógicos, de ir além do já dito e já feito.

Ser professor não é somente encher a mente dos alunos de conteúdos científicos, ensinar-lhes padrões e valores morais, mas é também ensinar-lhes a refletir criticamente sobre a realidade em que se encontra cada um, é ensinar-lhes a ser alguém que pensa e logo existe, e assim é capaz de mudar e transformar suas realidades, assim sendo;

“ensinar não é para aventureiros é para profissionais, homens e mulheres que além dos conhecimentos na área dos conteúdos específicos e da educação assumem a construção da liberdade e da cidadania do outro como condição mesma da realização de sua própria liberdade e cidadania”. (Coêlho 1996, p.41)

Contudo para que se seja um bom professor não requer somente de boa vontade, mas também requer investimentos e incentivos para que este profissional possa fazer seu trabalho com maestria e tenha vontade de passar de fato, o que sabe àqueles que dependem dele.

Quem optar pela carreira da docência deve estar consciente de suas responsabilidades e das dificuldades que encontrará ao longo do caminho. A realidade que envolve as dificuldades em torno da formação continuada dos professores não é algo específico de uma dada educação ou de uma localidade; os professores que atuam nas áreas ditas urbanas enfrentam muitos obstáculos no quesito formação, são más condições de trabalho, má remuneração a falta de incentivo para buscar formação, contudo essa realidade não é enfrentada só pelos professores da cidade, os professores do campo enfrentam as mesmas dificuldades, quiçá piores, pois a educação do campo é uma educação que é muito discriminada, desvalorizada e por muitos, até mesmo desconhecida.

A educação do campo e para o campo é uma conquista dos movimentos sociais que sempre lutaram por direitos iguais e justos, assim a educação exigida pelos movimentos sociais é uma educação que liberta que abre os horizontes é uma educação que visa à formação integral do sujeito para que estes não sejam dominados ou oprimidos por uma classe que oprime tanto na cidade quanto no campo, e no campo isso se acentua mais, pois temos uma cultura que sempre oprimiu aqueles que compõem a base da sociedade que são os trabalhadores, mas essa mesma classe que oprime tem consciência que os oprimidos têm uma arma muito poderosa contra eles que é a educação, sendo assim quanto mais um povo de tem uma educação de qualidade, mas força e capacidade eles tem para lutar contra os opressores de sua classe.

Assim os professores que atuam na educação do campo têm grandes responsabilidades, fora a obrigação de repassar os conteúdos, devem formar pessoas capazes de lutar contra essa realidade imposta por uma classe dominante, mas para que isso aconteça estes professores devem ter uma formação que os levem em primeiro lugar a refletir sobre tais questões e refletir também sobre seus pais como formadores e construtores de opinião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto aqui, chegamos à conclusão de que ainda tem muito o que ser feito pela Educação do Campo e para o campo, mesmo sabendo que atualmente as discursões sobre o assunto aumentam gradativamente e tem despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores e estudiosos diversos, fazendo assim com que o assunto seja colocado no centro de muitos estudos.

A educação que é oferecida aos povos do campo muitas vezes é tratada com um total descaso, pois é vista por muitos como uma educação desnecessária, e aí a oferecerem de qualquer jeito como se eles fossem qualquer um, como se fossem pessoas diferentes de quem mora na cidade.

Para se discutir a Educação do Campo é necessário levar em conta vários aspectos que vão desde o aspecto cultural dos povos até os aspectos político ideológicos. Assim KOLLING, NERY e MOLINA (1999) sabiamente afirmam que o entendimento que temos sobre educação do campo não pode ser “fechada” somente no assunto, pois devemos levar em conta muitos outros aspectos e condições que irão favorecer a educação dos povos do campo, para dar-lhes subsídios para que possam compreender as diferenças existentes entre os vários povos que compõem a sociedade e para que vivam com total dignidade e sejam capazes de resistir a toda e qualquer interferência que ira de alguma forma oprimi-los e fazer-lhes pensar que são inferiores e portanto devem lutar por uma educação digna e condizente com suas realidades.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 25 de agosto de 2012.

ALVES, Dalton José. **A filosofia do ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas. Autores Associados. 1999.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da Educação Rural no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo**. São Luís: EDUFMA, 2009 (Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)

CAVALCANTI, C, R. **O movimento nacional por uma educação do campo e os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo no Maranhão** In: COUTINHO, A, F (Org.). **Sobre políticas Educacionais no Brasil: interpretações acerca de lutas, conquistas e os desafios para a educação no século XXI**. -São Luís: EDUFMA, 2009.

CALDART, Roseli Nunes; Kolling, Edgar Jorge. **O MST e a educação**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: vozes. 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre a educação do campo**. In: SANTOS, Clarice (Org.). **Educação do campo: Campo-políticas públicas-educação**. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008.

COÊLHO, I. M. **Formação do educador: dever do estado, tarefa da universidade**. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, C. A. da (Orgs.). **Formação do educador: dever do estado, tarefa da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FREITAS, H.C.L. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papirus, 1996.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, M. C. JESUS, Sônia M. S. A. (ORGS.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

GOMES, M, O. **Formação continuada: estatuto da prática e estágio na formação de educadores**. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

Jr. PRADO Caio e FERNANDES, Florestan. **Clássicos Sobre a Revolução Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003

LIMA, Aparecida do Carmo; NOMA, Amélia Kimiko. **Política educacional no campo: espaço de ação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no brasil**. Acessado em: <http://www.educacao.uffrj.br/artigos/n8/numero8-3-politica-educacional-no-campo-espaco-de-acao-do-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-no-brasil.pdf>. Acessado em 10 de set.de 2012.

MUNIZ, C, L, M, de DINIZ, D, C.COUTINHO, A, F. **As dimensões instituintes da educação popular PRONERA e a educação de Jovens e Adultos** In: SANTOS, Clarice Aparecida; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos santos de (org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOLINA, C, M. JESUS, M, S, A, J, de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação**. In: SANTOS, Clarice Aparecida; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos santos de (org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

RODRIGUES, U, M. RODRIGUES, S, J, D. **Educação do campo:** fomento imprescindível na luta pela reforma agrária In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo.** São Luís: EDUFMA, 2009 (Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)

SOUSA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos Reis. **Educação para a convivência com o Semi-árido:** reencantando a educação a partir das experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Petrópolis, 2003.

TEIXEIRA, M, F. **Educação do campo e formação de educadores:** o duelo entre hegemonia e resistência. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo.** São Luís: EDUFMA, 2009(Coleção Diálogos Contemporâneos, 4)